

semøve

GUIA DE GOVERNANÇA

Um novo paradigma na governança corporativa das empresas de transporte público de passageiros do estado do Rio de Janeiro

Índice

Introdução	05
 Capítulo I O contexto atual do transporte público por ônibus e a gestão das empresas operadoras	 09
 Capítulo II Conceito de governança para o setor	 15
 Capítulo III Histórico de governança nas empresas de ônibus do estado do Rio de Janeiro	 19
 Capítulo IV O compromisso do setor com um novo paradigma de transparência, ética nas relações com o poder público, responsabilidade social e sustentabilidade	 23
 Capítulo V Os pilares da nova governança corporativa das empresas de ônibus do estado do Rio de Janeiro	 25
 Capítulo VI Papel da Semove	 30



Introdução

Este documento sintetiza um paradigma de governança corporativa para as empresas de transporte de passageiros por ônibus do estado do Rio de Janeiro. É reflexo do convencimento das empresas, sindicatos e da Semove da necessidade da incorporação de padrões de governança que assegurem uma gestão transparente, ética, sustentável e comprometida com os valores da sociedade nos tempos atuais.


Ninguém mais duvida que empresas não existem apenas para satisfazer as demandas de seus acionistas. Evidentemente que devem atender à expectativa de seus investidores quanto ao retorno do capital investido, afinal, são empresas. A demanda da sociedade, no entanto, em relação às organizações lucrativas, vai além da maximização dos lucros. A sociedade vem se tornando mais complexa e rigorosa no atendimento de valores universais. Não demoraria muito para que essas exigências se voltassem também para as corporações.

Foi em 1980 que se passou a usar a expressão governança corporativa, e seu uso e construção doutrinária passaram a se disseminar nos anos 90. O debate que se estabeleceu sobre modelos de governança corporativa deriva daquele em torno do papel das empresas. A temática flutua entre limitar o papel da empresa à maximização dos lucros para os acionistas, ou expandi-lo para o atendimento de outras demandas da sociedade.

Vale registrar aqui uma definição do papel dos executivos de uma organização, atribuída a Frank Abrams, que era o presidente do conselho de administração da Standard Oil: "O papel do executivo é manter um equilíbrio justo e viável entre as demandas dos diversos grupos de interesse da companhia... acionistas, funcionários, clientes e público em geral".¹

Foi nessa mesma época que a revista Fortune argumentou que os executivos tinham como dever agir como "estadistas industriais". Isto é, trabalhar para o bem dos seus funcionários e comunidades, além dos seus acionistas.²

A inspiração originada na escola de Chicago, sob a liderança de Milton Friedman, limita a responsabilidade social da empresa ao aumento dos



seus lucros: “Em uma economia de mercado, existe apenas uma responsabilidade social da empresa: utilizar seus recursos em atividades que visem aumentar seu lucro, desde que ela permaneça dentro das regras do jogo, competindo de forma livre e aberta, sem fraudes ou enganação”.³

Para chegar no conceito contemporâneo de papel das empresas é preciso compreender o do valor para o acionista, estabelecido nos anos 80. Para viabilizar o alcance da maximização do valor para o acionista, as corporações passam a seguir regras de distribuição e limitação de poder, além de vinculação da remuneração dos agentes ao desempenho das ações. Também foram estabelecidas diretrizes de transparência sobre os resultados das empresas.

Ocorre que a busca pela maximização desse valor das ações levou ao surgimento de múltiplas crises financeiras e escândalos ao redor da contabilidade das empresas. Os críticos dessa perspectiva passaram a salientar que a busca desenfreada pela maximização dos resultados a qualquer preço levou muitas companhias a focarem no curto prazo, sem cuidarem dos resultados e sustentabilidade no longo prazo.

O surgimento do relatório Cadbury, que é tido como o primeiro código de boas práticas de governança, decorrente dos escândalos de grandes corporações (Maxwell, Polly, Peck e BCCI) representa outro passo na direção da consolidação do conceito de governança.

O documento cunhou uma definição de governança corporativa: “é o sistema pelo qual as companhias são dirigidas e controladas. Os conselhos de administração são os responsáveis pela governança de suas empresas”.

Um marco importante na controvérsia ao redor do papel das empresas foi um texto enviado por Larry Flink, em 2018. Larry é o presidente da BlackRock, uma gigante gestora de recursos – na ordem de sete trilhões de dólares em ativos. Todos os anos, ele envia uma carta para CEOs de empresas beneficiárias dos investimentos do seu fundo. Naquele ano, ele escreveu: “As expectativas públicas sobre o papel das empresas nunca foram tão grandes. A sociedade atualmente exige que as empresas sirvam a um propósito social”. Ele também disse que “para prosperar ao longo do tempo, a empresa deve não apenas obter um retorno financeiro, mas também dar uma contribuição positiva à sociedade”.

As empresas de ônibus, além do dever genérico alertado por Larry Flink, adicionalmente devem estar ainda mais atentas a esses valores, uma vez que são prestadoras de serviço público, mantendo relações diretas com o Estado e com os usuários.

As empresas de ônibus já há algum tempo vêm buscando um novo modelo de governança, assim como romper com práticas do passado que contaminaram a imagem que a sociedade, o poder público e os clientes têm delas.

Há uma consciência em todo o setor de que é preciso se reinventar e, imediatamente, atender aos valores mais cristalinos de transparência, ética, sustentabilidade e responsabilidade social na gestão de cada uma das empresas.

A relação com os usuários é especialmente sensível, uma vez que, diferentemente do regime privado, os usuários dos sistemas de ônibus não são apenas clientes que elegem o serviço – tal como um restaurante – mas, sim, cidadãos destinatários de um serviço de natureza pública que, sob a perspectiva do usuário, é, inicialmente, um direito social de primeira ordem, consagrado no texto constitucional.

O primeiro passo nessa direção já foi dado pela própria Semente, como veremos em capítulo adiante, neste documento. Desde 2017, a entidade maior do setor no âmbito estadual vem incorporando as melhores práticas de governança, atendendo a todos os padrões exigidos de transparência e ética na gestão da entidade. Agora, chegou a vez daquelas empresas associadas que ainda não o fazem seguirem os passos da sua Federação.

Este documento, portanto, cuidará de descrever o processo de construção de governança do setor e os compromissos dessas empresas com os valores da transparência, ética, responsabilidade social e sustentabilidade.

1. No original: "The job of management is to maintain an equitable and working balance among the claims of the various directly interested groups... stockholders, employees, customers, and the public at large" The New York Times. 04/01/1996. How to Avoid These Layoffs?

2. <http://www.nytimes.com/1996/01/04/opinion/how-to-avoid-these-layoffs.html>

3. The New York Times Magazine, 13/09/1970



Capítulo I

O contexto atual do transporte público por ônibus e a gestão das empresas operadoras

O transporte público é essencial para garantir às cidades e aos seus moradores acesso democrático e igualitário às oportunidades de trabalho, serviços públicos e lazer. Ao mesmo tempo, é ele que garante a competitividade e capacidade de uma cidade desenvolver suas atividades econômicas, permitindo a interação entre economia e pessoas e o objetivo essencial das cidades: as trocas, sejam elas econômicas, sociais, pessoais ou afetivas.

Vamos descrever aqui a estrutura de financiamento do transporte público – especialmente nas despesas de custeio – e destacar, enfatizando, as externalidades positivas que gera para toda a sociedade e o descompasso do modelo vigente de financiamento, baseado quase unicamente na distribuição dos custos entre seus clientes, deixando de capturar parte dos significativos benefícios que proporciona a outros grupos sociais.

Em que pese o caráter essencial do transporte público, o atributo de ser um direito constitucional de todos os cidadãos, a equação do seu financiamento ainda é uma questão não resolvida pelos três entes federativos – União Federal, estados e municípios.

Os benefícios do transporte público transcendem os seus usuários. É verdade que os passageiros são grandes beneficiários: com custos módicos, obtêm acesso às suas necessidades e satisfazem os seus desejos de deslocamentos. Mas os benefícios vão muito além dos usuários. **Toda a sociedade se beneficia do transporte público, mesmo aqueles que não o utilizam.**

São as chamadas externalidades positivas do setor.

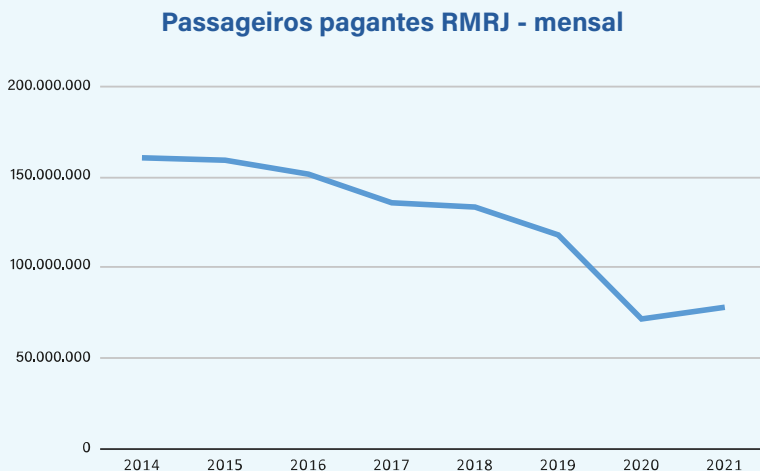
O trânsito melhora, a contaminação do ar diminui, a segurança viária aumenta e a economia só funciona porque o transporte público cumpre a tarefa de prover os deslocamentos necessários para toda a população.

Apesar disso, o atual modelo de financiamento, na maioria das vezes, recai apenas sobre os passageiros. Ou seja: os custos da operação dos sistemas são rateados exclusivamente entre os clientes. A repercussão desse tipo de modelo de financiamento é a sensibilidade à demanda. Qualquer oscilação na demanda afeta diretamente o equilíbrio econômico dos contratos, comprometendo a saúde financeira das empresas operadoras.

Outras cidades, infelizmente uma minoria, reconhecem as externalidades positivas do transporte e já participam do custeio das despesas através de subsídio com origem no transporte público. Esse suporte, além de possibilitar integrações tarifárias, redução da tarifa, melhoria da qualidade do serviço, contribui para neutralizar o efeito das oscilações da demanda.

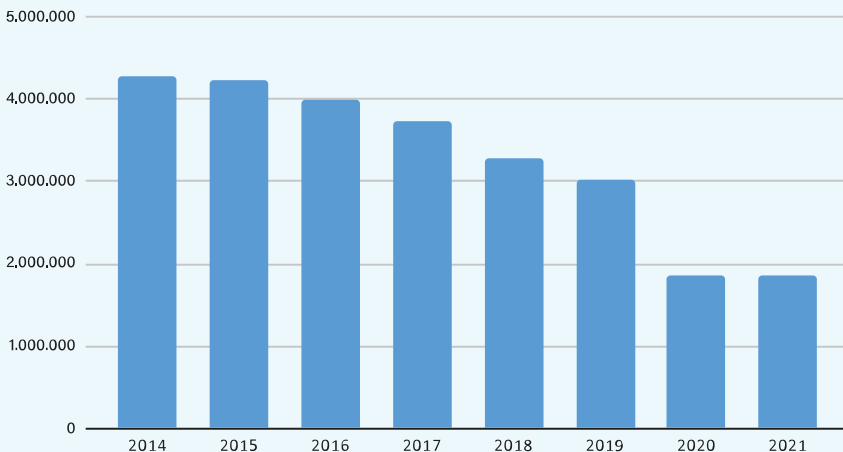
A pandemia provocada pelo Sars-COV-2 exacerbou essa crise de financiamento e demonstrou claramente o quão deficiente é o modelo de financiamento do transporte público baseado apenas na remuneração paga pelo usuário. Porém, a crise é anterior à pandemia.

Os números impressionam. Em 2014, os ônibus da Região Metropolitana do Rio de Janeiro transportavam mensalmente 177 milhões de passageiros pagantes. Em 2020, esse número despencou para 74 milhões. Observe-se o gráfico:



Nesse mesmo período, a média mensal de viagens dos veículos, na mesma Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também despencou:

Média mensal de viagens dos ônibus



A oscilação da demanda, na pandemia, em números bastante significativos (algumas cidades registraram queda de demanda superior a 80%⁵), afeta o caixa e a sustentabilidade financeira das operadoras de transporte.

A crise financeira prejudica a capacidade de investimento em renovação de frota e incorporação de equipamentos que poderiam contribuir para melhoria da qualidade do serviço. Sem capacidade de fazer frente aos custos operacionais e aos investimentos necessários, a queda da qualidade do serviço é uma consequência quase natural. Inicia-se, então, um círculo vicioso, porque a queda na qualidade do serviço faz o sistema perder mais passageiros, agravando ainda mais a crise e a sustentabilidade do setor.

5. Quantidade de passageiros transportados nos três primeiros meses atingiu 80% de queda, segundo Associação Nacional de Transportes Urbanos (NTU)

Crise de imagem

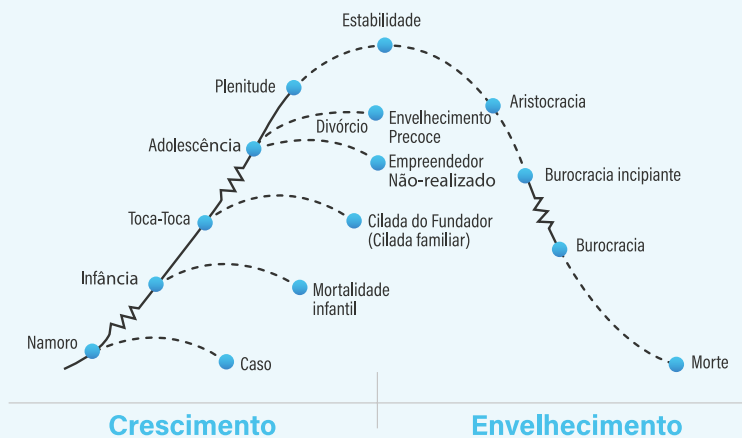
Para além da crise financeira, as empresas de ônibus também enfrentam uma forte crise de imagem.

O modelo de negócios desenvolvido ao longo de décadas pelas empresas operadoras de transporte encontra-se praticamente esgotado.

O fato de empresas familiares, de capital fechado, com pouca ou quase nenhuma transparência sobre as demonstrações financeiras, estarem inseridas num mercado que, também por décadas, garantiu um fluxo de receitas constante, contribuiu para o envelhecimento das empresas e a solidificação de uma imagem nada favorável.

Adotando a teoria do Ciclo de Vida das Organizações, de Ichak Adizes ⁶, podemos encontrar diversos elementos na gestão das empresas de ônibus que nos indicam que elas flutuam entre o estágio da aristocracia e da burocracia incipiente.

Ciclo de Vida das Organizações



6. Os Ciclos de Vida das Organizações, Ichak Adizes, Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios.

Observa-se um comportamento em algumas empresas que caracteriza uma localização no quadrante do envelhecimento.

Características de empresas na fase de envelhecimento

- Foco na remuneração do capital em detrimento do atendimento às necessidades de seus usuários (clientes)
- Baixíssimo apetite para inovação e riscos
- Elevado conservadorismo na gestão
- Pouca transparência
- Profunda dificuldade de reconhecer ser causadora de muitos dos problemas que enfrenta, preferindo quase sempre culpar terceiros ou o ambiente em que estão inseridas.

A crise de financiamento, somada à crise de imagem, constitui a tempestade perfeita para comprometer a capacidade operacional dos serviços de transporte público e ameaçar a própria existência das empresas.

É preciso interromper, imediatamente, as causas dessa crise, sob pena das cidades se virem privadas dos sistemas formais de transporte, atingindo diretamente o direito constitucional do cidadão de ter o acesso às oportunidades de trabalho, renda, serviços públicos e lazer. Ou de que essas organizações tenham que atender a um clamor de grupos de interesse para a eliminação de empresas que não atendam aos padrões e valores almejados nos dias de hoje.

A sociedade enxerga as empresas de ônibus e os sistemas por elas operados como verdadeiras caixas pretas, onde não há informação e, quando há, não é confiável. Também conectam a imagem das empresas de ônibus à falta de ética na gestão empresarial e no estabelecimento de relações incestuosas com o poder público.

Também em razão disso, as empresas de ônibus do estado do Rio de Janeiro pretendem, com este programa de governança corporativa, obter pleno alinhamento com os valores da sociedade e, assim, construir uma imagem de comprometimento com:

- o cliente
- o interesse público
- a forma transparente de gestão
- a ética
- a sustentabilidade
- a responsabilidade social
- a contribuição para a construção de soluções que viabilizem novos modelos de financiamento e assegurem a manutenção e ampliação da capacidade operacional e da qualidade do serviço prestado.



Capítulo II

Conceito de governança para o setor

O conceito de governança corporativa adotado por este documento, fruto do trabalho de reflexão com lideranças do setor, traduz a ideia de uma mudança de paradigma na gestão das empresas de ônibus do estado do Rio de Janeiro.


Essas organizações reconhecem que é seu papel assegurar que responderão adequadamente aos desejos e direitos de todos os grupos de interesse ao seu redor:

- clientes
- poder concedente
- colaboradores
- comunidades ao redor de suas instalações
- contribuintes
- acionistas
- fornecedores

Toda organização, inclusive as empresariais, possui uma estrutura de poder e regras para o funcionamento. A governança corporativa, em uma das suas dimensões, vai cuidar exatamente para que as estruturas de poder sejam funcionais e garantam transparência e assunção de responsabilidades entre os agentes e gerentes da organização. Permite que condutas sejam avaliadas e promove maior aderência aos valores e objetivos do negócio.

A transparência é um valor relevante para a sociedade e os grupos de interesse que se relacionam com as empresas. Olhando através dos meandros da organização é possível aferir a aderência dela aos ditames legais, às melhores práticas, aos objetivos econômicos e sociais.

Através dos mecanismos de governança corporativa, as empresas do setor poderão assegurar uma atuação que atenda às expectativas e desejos dos seus grupos de interesse.



Evidente que uma empresa existe para prover aos seus acionistas uma remuneração adequada ao capital investido e ao risco assumido na gestão dos negócios. A governança corporativa permite equilibrar o alcance desse resultado e aqueles sociais e comunitários.

Além da transparência, o modelo de governança apresentado neste documento também busca contemplar o alcance de objetivos relativos à responsabilidade social. Ou seja, a consciência das empresas de seus deveres de proporcionar benefícios não apenas aos acionistas, mas a todos os grupos de interesse ao seu redor: poder concedente, clientes, empregados, comunidades do entorno e, de forma um pouco mais difusa, toda a sociedade no território onde atuam.

Por último, mas não menos importante, há o propósito de valer-se dos instrumentos de governança corporativa para a ampliação do alcance da sustentabilidade das atividades das empresas. **O transporte público é a solução mais sustentável para a mobilidade das pessoas nas cidades.** A consolidação de viagens em um único veículo, um ônibus, no caso, é a maneira mais eficiente do ponto de vista energético e do uso do espaço na mobilidade humana. É também claro que as atividades empresariais na exploração do serviço de mobilidade, em que pesem já sejam as mais sustentáveis, quando comparadas com o uso do veículo privado, podem ainda ser mais sustentáveis. As fontes de energia, a gestão de resíduos, o trato com o ambiente ao redor de garagens e terminais ainda podem ser mais favoráveis ao meio ambiente.

Transparência, ética nas relações com o poder público, responsabilidade social e sustentabilidade são os quatro valores que as empresas de ônibus do estado do Rio de Janeiro pretendem alcançar, ao incorporarem em suas atividades os princípios e procedimentos de governança corporativa.

A Semove, na condição de entidade que reúne os sindicatos das empresas de ônibus, atuará para que as empresas associadas que ainda não o fizeram incorporem nas suas gestões os princípios e ações elencados neste documento.

ESG como valor essencial do setor

A sigla ESG vem sendo citada e incorporada no dia a dia das empresas, cada vez com mais intensidade.

Ela significa, em inglês, “environmental, social, and governance”. Podemos traduzir como sendo a necessidade das organizações de se comprometerem com o meio ambiente, com a responsabilidade social e a governança. Fundos de investimento, bolsas de valores, bancos e governos começam a adotar a adesão aos preceitos de ESG como condição para investimentos, comercialização de papéis ou critérios para recebimento de incentivos.

Os dois primeiros aspectos dizem respeito diretamente ao núcleo central da atividade das empresas de ônibus. O sistema de transporte coletivo é essencialmente um fator contribuinte para a melhoria do meio ambiente, especialmente da qualidade do ar. Um automóvel consome aproximadamente 2,3 mega joules* por passageiro/km, enquanto em um ônibus essa relação é de pouco mais de 1,2.

Como já explicado neste Guia, os sistemas de ônibus são vitais para garantir, especialmente aos economicamente mais vulneráveis, acesso às oportunidades de trabalho e renda e serviços públicos, cumprindo na essência um imenso papel de responsabilidade social.

Contudo, as empresas, ao incorporarem os modelos de governança corporativa, se comprometem também a aprimorar a gestão para **amplificar os efeitos de suas atividades em melhoria do meio ambiente e para o meio social onde estão inseridas.**

No que tange à governança, o G do ESG, é esse o principal escopo deste documento e das ações que irão se desdobrar a partir dele. As empresas,



na busca do retorno à sua vitalidade e maturidade produtiva, bem como de se adequar aos princípios ESG, **passam a se comprometer com os postulados de uma gestão transparente, ética e que, para além do resultado aos seus acionistas, buscam equalizar resultados positivos para todos os grupos de interesse com os quais se relacionam.**

(*) Unidade de energia mecânica.

Capítulo III

Histórico de governança nas empresas de ônibus do estado do Rio de Janeiro

As empresas de ônibus são constituídas, em geral, em sociedades de responsabilidade limitada, de capital fechado. O arcabouço jurídico que incide sobre este tipo de organização empresarial, normalmente, tem baixo nível de exigência de transparência. O advento do Código Civil de 2002, é verdade, ampliou os horizontes das sociedades limitadas, e tornou facultativa a adoção de mecanismos de gestão mais aderentes à ideia de responsabilidade e transparência.

Contudo, como são empresas que possuem relação direta e contratual com o Poder Público, sempre atenderam a regras de mais transparência do que aquelas que desenvolvem suas atividades exclusivamente no setor privado. Em geral, contratos públicos exigem prestação de contas, abertura de estrutura de custos, informações sobre detalhes da operação que os negócios privados não exigem.

Mas existe um déficit de governança, transparência, responsabilidade social e sustentabilidade que precisa ser eliminado ou, ao menos, reduzido.

Este caminho não se inicia agora ou com este documento.

A Semove, Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro, congrega 10 sindicatos de empresas de ônibus responsáveis por transporte urbano, interurbano e de turismo e fretamento. Esses sindicatos, por sua vez, reúnem cerca de 200 empresas de transporte por ônibus, que respondem por 75% do transporte público regular no estado do Rio de Janeiro.

O sistema rodoviário de transporte coletivo de passageiros neste Estado tem frota de aproximadamente 20,5 mil ônibus, com idade média de



6,89 anos, transportando estimativamente 7 milhões de passageiros/dia, em 2.528 linhas, entre o transporte municipal e o intermunicipal. Esses dados são de antes da pandemia da Covid-19⁷.

No ano do início da pandemia, 2021, o setor foi forçado a enfrentar uma redução impressionante destes números. A frota caiu para 15 mil ônibus, a idade média subiu para 8,36 anos e o número de passageiros transportados diariamente caiu para 4,1 milhões.

Em 2017, a Semove iniciou um processo de incorporação das melhores práticas de governança e compliance na gestão de suas atividades. Esse processo resultou no estabelecimento de diretrizes sólidas e claras quanto à gestão da entidade e sua relação com os grupos de interesse.

O resultado dessa inflexão da Semove em direção a um modelo de governança corporativa e compliance resultou na formulação de dois documentos que constituem, por assim dizer, a espinha dorsal do compromisso da entidade com a transparência, responsabilidade social e sustentabilidade.

O primeiro deles é o **Código de Conduta**, que, segundo o próprio documento afirma, "este Código enquadra-se perfeitamente no compromisso da Semove com a prevenção e o combate à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, bem como com a proteção à privacidade e aos dados pessoais, e encontra-se em consonância com os princípios que norteiam os valores organizacionais: integridade e conformidade, transparência, equidade, responsabilidade corporativa, excelência com agilidade e simplicidade, inovação e representatividade".

7. Dados de 2019.

Valores destacados pela Semove



Integridade e
Conformidade



Excelência
com Agilidade
e Simplicidade



Transparência



Inovação



Equidade



Representatividade




Responsabilidade
Corporativa

O documento expressa, portanto, um desejo do setor de adequar-se às demandas da sociedade e uma percepção de que esse atendimento é a única forma de angariar credibilidade e respeito dos seus grupos de interesse.

É notório que, num passado não muito recente, a Federação e o setor se envolveram em atividades que não se coadunam com os pressupostos éticos da sociedade contemporânea.

Depois desses fatos, contudo, houve por bem instituir parâmetros de conduta e procedimentos para assegurar a adesão de todos os que têm relações com a entidade aos valores expressos acima.

Foi adotado, inclusive, um **Programa de Integridade e Conformidade** que contempla ações destinadas a gerenciamento de riscos, monitorando e avaliando aqueles aos quais a entidade está exposta.



Um disque-denúncia foi aberto para viabilizar denúncias anônimas que apontem comportamentos não íntegros de qualquer pessoa ou organização que mantenha relações com a Semove. Denominado de **Voz Ativa**, o programa é amplamente utilizado não apenas para denúncias, mas também para a contribuição de colaboradores das empresas no aprimoramento do processo de governança.

A Semove mapeou 104 processos, estabelecendo rotinas e pontos de controle que asseguram aos grupos de interesse que se relacionam com a entidade um alto nível de segurança de aderência da organização aos princípios da governança corporativa.

O processo decisório tem etapas claras e definidas, que asseguram a coheita de uma multiplicidade de opiniões e visões, reduzindo o risco de erros e desvios de condutas.

Um **comitê de integridade**, composto inclusive por membros independentes, foi constituído, com a tarefa de acompanhar e monitorar o comportamento da organização em relação aos paradigmas de governança corporativa.

Depois dessa inflexão em favor da transparência e da ética, a Federação nunca mais se viu envolvida, ou exposta a fatos que contrariem esses valores.

Como é sabido, a Semove é responsável por administrar o sistema de bilhetagem eletrônica, o Riocard Mais, que possibilita meio de pagamento e integração tarifária para diversos modos de transporte público no estado do Rio de Janeiro. A incorporação de padrões de governança corporativa também beneficiou a gestão do sistema de bilhetagem, que hoje é transparente na geração e acesso a informações vitais da arrecadação e distribuição dos recursos.

Fruto do sucesso da incorporação desses preceitos nas atividades da entidade representativa em nível estadual, as empresas e sindicatos associados buscam, agora, capilarizar os mesmos valores e procedimentos (adaptados, claro, à realidade empresarial) no seu cotidiano.

Capítulo IV

O compromisso do setor com um novo paradigma de transparência, ética nas relações com o poder público, responsabilidade social e sustentabilidade

Como dito acima, as empresas reconhecem uma crise de sustentabilidade financeira sem precedentes, aliada a uma crise de imagem e gestão das empresas.

O conjunto dos sindicatos e empresas de ônibus responsáveis por prestar o serviço de transporte de passageiros assume o compromisso de incorporar, na dinâmica de cada uma das organizações, os valores inscritos no Programa de Integridade e Conformidade da Semove, que pode ser consultado no site da Federação na internet: semove.org.br

O setor expressa a sua completa aderência aos valores de transparência, ética nas relações com o setor público, responsabilidade social e sustentabilidade, tal como descrito neste documento.



Capítulo V

Os pilares da nova governança corporativa das empresas de ônibus do estado do Rio de Janeiro


Transparência e prestação de contas

A transparência significa uma disposição franca e honesta para disponibilizar informações financeiras e não financeiras. Proporcionar aos grupos de interesse acesso a dados e informações, que viabilize uma análise da origem e aplicação dos recursos da empresa, do uso mais eficiente desses recursos e da capacidade de honrar seus compromissos.

Na esfera das informações não financeiras, vale salientar todas aquelas relacionadas com o propósito da organização, seus valores, cultura, modelo e estrutura de governança, estrutura acionária, diretrizes e políticas, estratégia, sistemas de incentivos, avaliação de desempenho e os impactos socioambientais.

As empresas de ônibus vinculadas aos sindicatos reunidos na Semove se comprometem a:

- assumir uma cultura de integridade e transparência, em relação às informações financeiras e não financeiras prestadas para públicos externos e internos;
- adotar auditoria externa independente, para certificar a exatidão das demonstrações financeiras e contábeis;
- publicar, ao menos uma vez por ano, as demonstrações contábeis e financeiras, na forma da legislação vigente, no site da empresa na internet, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente;

- 
- publicar todos os investimentos realizados, informando valores e impacto na melhoria do serviço;
 - publicar todas as reclamações recebidas de clientes, pelos canais de acesso, assim como as providências adotadas para a solução da insatisfação, ou justificativa;
 - organizar visitas periódicas de pessoas das comunidades beneficiadas pelos serviços prestados, bem como de formadores de opinião, às instalações e garagens, para que os usuários e grupos de interesse possam conhecer a dinâmica da operação da empresa;
 - publicar relatórios de qualidade de serviço e operações, contendo um mínimo de índices que serão definidos pela Semove, demonstrando a evolução da empresa em cada um dos atributos;
 - dar publicidade aos custos operacionais mais relevantes, destacando o impacto tributário na tarifa e resultado;
 - manter uma plataforma digital para informar aos clientes sobre a operação do serviço, especialmente eventos inesperados que alterem a rotina programada;
 - informar, também por via da rede mundial de computadores, o total de sinistros de trânsito, mostrando a oscilação dos números mês a mês;
 - possuir e manter divulgado programa de treinamento de colaboradores quanto à integridade e conformidade;



- adotar Código de Conduta, Integridade e Conformidade, com o conteúdo destacado a seguir:

Conteúdo mínimo do Código de Integridade e Conformidade:

- | | |
|---|--|
| ▪ observância de leis, normas, regulamentos e contratos; | ▪ regras claras quanto a conflito de interesses e demais itens, abaixo relacionados; |
| ▪ regra para uso dos ativos, evitando uso indevido e desperdício; | ▪ relação com partes relacionadas e interessadas; |
| ▪ regras claras para doações e patrocínios; | ▪ relação com as redes sociais; |
| ▪ regras claras para administração dos recursos financeiros; | ▪ atividade política e religiosa; |
| ▪ regras claras quanto ao uso de informação privilegiada; | ▪ responsabilidade socioambiental; |
| ▪ observância do direito à privacidade e proteção de dados; | ▪ saúde e segurança no trabalho; |
| ▪ segurança da informação; | ▪ oferta e recebimento de valores, presentes e/ou favorecimentos; |
| | ▪ responsabilidade profissional e laboral; |
| | ▪ canal de denúncia e diálogo. |

Sanções e medidas disciplinares:

- procedimentos claros e divulgados de apuração de responsabilidade e punição, em caso de comportamentos não aderentes ao Código de Conduta, Integridade e Conformidade.

O Código de Conduta, Integridade e Conformidade da Semente, que será utilizado como inspirador para as empresas, pode ser consultado no seguinte endereço na internet: **semove.org.br**



Relações com o Poder Público

As empresas de ônibus, na condição de concessionárias ou permissionárias, possuem, naturalmente, intensa relação com o Poder Público.

Este documento expressa um novo paradigma nestas relações, afirmando um **compromisso inalienável com valores de integridade, transparência, ética e tecnicidade em todos os contatos entre os prepostos das empresas e os representantes do Poder Público.**

As empresas se comprometem a adotar as seguintes medidas nas relações com os representantes do Poder Público:

- em nenhuma hipótese, oferecer ou proporcionar qualquer tipo de vantagem ilícita ou indevida a qualquer representante do Poder Público, independentemente de posição, ou da entidade à qual seja vinculado, ou da prática ou potencial prática de qualquer ato em favor da empresa;
- nomear o(s) preposto(s) para relação com o Poder Público que será(ão) responsável(is), também, pela observância do Código de Conduta;
- observar rigorosamente toda a legislação vigente, especialmente a Lei Anticorrupção, nas relações de seu(s) preposto(s) com o Poder Público;
- cumprir rigorosamente todas as obrigações contratuais assumidas com o Poder Público, sem prejuízo de medidas legais que possam ser adotadas para proteger seus interesses, em caso de descumprimento do contrato pelo Poder Público;
- disponibilizar, com transparência e boa-fé, todas as informações que sejam solicitadas pelo Poder Público, observadas as disposições legais vigentes;
- assegurar que, em todas as reuniões com o Poder Público, haja, no mínimo, dois prepostos da empresa;
- proibir a entrega de presentes, salvo brindes sem valor comercial, a qualquer representante do Poder Público.

Responsabilidade corporativa

A responsabilidade corporativa diz respeito à forma como a empresa se relaciona com toda a cadeia e grupos de interesse ao seu redor.

Isso importa dizer que as empresas de ônibus do estado do Rio de Janeiro estão comprometidas com os grupos de interesse e assumem o compromisso de agir em favor do melhor benefício possível para todos.

De forma não exaustiva, mas como um mínimo de ações em favor de maximizar os resultados tangíveis e intangíveis para todos os grupos de interesse, as empresas devem agir de forma coerente com as responsabilidades assumidas.

As empresas de ônibus do estado do Rio de Janeiro se comprometem a:



Manter política contínua de incremento de sustentabilidade em toda a sua cadeia de atividades, bem como buscar que seus fornecedores também adotem a mesma política;



Adotar ações comunitárias na região de influência de suas garagens, buscando promover inclusão social, melhoria urbanística, convivência e lazer;



Ter metas claras e precisas, divulgadas com transparência, para redução da sinistralidade de trânsito - número de mortos e feridos - na operação dos ônibus;



Manter oferta permanente de treinamento para desenvolvimento profissional dos colaboradores.



Capítulo VI

Papel da Semove

A Semove se propõe a liderar e acompanhar a implantação das ações previstas neste documento, fornecendo subsídios, informações e reflexões, com o objetivo de encurtar o prazo de ampliação e maximizar os benefícios para todos os grupos de interesse.

Missão

Promover o uso do transporte público coletivo e o desenvolvimento das empresas associadas em todos os níveis, objetivando sustentabilidade dos negócios e excelência no atendimento aos clientes.

Visão

Ser referência como organização atuante no fortalecimento do sistema de transporte público coletivo de passageiros.



Mobilidade em todos os sentidos.



semove

MOBILIDADE EM TODOS OS SENTIDOS